

O problema insolucionável: uma crítica ao discurso teórico de Antoine Berman

João Pedro G. D. Spinelli¹

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Através da análise de argumentos do teórico francês da tradução Antoine Berman, contidos em seu livro *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo* (2013), busco neste artigo sugerir uma forma de lê-los, questionando as instâncias em que podem ser considerados totalizantes, essencialistas, ou simplificadores das abrangências e das minúcias da linguagem e da tradução. Para isso, relaciono os argumentos de Berman a respeito da fidelidade, da historicidade, da letra, da ética e do cânone literário, à visão de outros teóricos do campo. Primariamente, questiono como buscas por objetividade tendem (equivocadamente) a tentar finalizar as indagações que as inspiram. Longe de querer invalidar as contribuições de Berman ao campo de Estudos da Tradução, sugiro uma nova forma de lê-lo.

Palavras-chave: Berman; Objetividade; Tradução.

The unsolvable problem: a critique of the theoretical discourse of Antoine Berman

Abstract: Through an analysis of the theoretical arguments of French translation theorist Antoine Berman, contained in his book *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo* (2013), I want to suggest in this article a new way of reading them, questioning the instances where they might be considered totalizing, essentialist, or simplifications of the breadth and minutia of language and translation. To this end, I relate Berman's arguments on fidelity, historicity, the letter, ethics, and the literary canon with the vision of other theorists in the field. Primarily, I question how searches for objectivity tend (wrongly) to attempt to put an end to the inquiries that inspired them. Far from wanting to invalidate Berman's contributions to the field of Translation Studies, I suggest a new way of reading him.

Keywords: Berman; Objectivity; Translation.

Introdução

Desde seu momento incipiente, o campo de Estudos da Tradução surgiu como uma tentativa de organizar e nortear as indagações, a natural diversidade e as ramificações da grande e complexa questão da tradução. Esse movimento pode ser reconhecido no artigo seminal de James S. Holmes, "The name and nature of translation studies". Em 1972, Holmes escreveu: "À primeira vista a situação resultante de hoje em dia parece ser de uma grande confusão, sem um consenso com relação aos tipos de modelos a serem testados, os métodos a serem aplicados, as variedades de terminologia a serem utilizadas"

¹ Estudante de mestrado PGET/UFSC. E-mail: joaospin@gmail.com.

(HOLMES, 2004, p. 173. Tradução nossa). Essas frases de Holmes geram uma identificação que comprova que os Estudos da Tradução são um campo, tanto em 1972 quanto em 2021, em plena transformação e desenvolvimento. Por mais que esse campo de estudos evolua em sua organização, nas suas nomenclaturas e classificações, isso não altera o fato de que, a título de definição, gira em torno de um “problema” (HOLMES, 2004, p. 172).

Assumir, então, que o campo de estudos gira em torno de um problema é assumir uma correlação com o objeto de estudos que não evoca a dicotomia *problema/solução*. Ou seja, os Estudos da Tradução não buscam, através da compreensão do que é a tradução, solucionar o problema da tradução. Caso contrário, aquele autor que pela primeira vez chegasse na resposta poderia decretar o fim do campo. Missão cumprida, o último que sair fecha a porta. Apresentar os Estudos da Tradução sob essa luz é uma forma de introduzir o estudo que será feito neste artigo, para que mantenhamos consciência do que deveria ser uma obviedade, e o que ela implica.

O objetivo deste artigo é gerar uma discussão a respeito de alguns conceitos da argumentação de Antoine Berman (1942-1991) contidos na obra *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo* (2013). Ciente da contribuição ímpar desse teórico para o campo, o que este artigo pretende questionar é como Berman encerra conceitos gerais, inerentemente complexos, como “fidelidade”, historicidade e o cânone literário, dentro dos limites de sua própria retórica, resultando em uma problematização totalizante que parece querer finalizar as questões abordadas. Com isso, questionarei como o discurso totalizante é um detrimento para a teoria desse autor, já que não busca estabelecer um diálogo de igual para igual com outras metodologias e formas de abordar o processo tradutório.

Sublinho que tratarei de visões filosóficas conflitantes a respeito do campo de Estudos da Tradução, especificamente, o conflito entre considerá-lo um campo onde é possível chegar a respostas objetivas, ou um campo que está sujeito a contextos, aparatos discursivos e contingências históricas. Assumo que através dessa discussão, corro o risco de estar meramente acusando Berman de ser Berman. No entanto, à parte de sua importância ou validade, há mais de uma forma de lê-lo. Quero propor a partir dessa reflexão uma dessas formas, de forma alguma almejando compor um retrato exaustivo de sua bibliografia.

1. “Fidelidade”

Berman faz uma importante crítica às traduções que foram feitas com o objetivo de trazer textos de sua cultura de origem para versões adaptadas à cultura de chegada através de “distorções” que, para ele, não fazem jus à qualidade e integridade do texto

original (BERMAN, 2013, p. 39). Buscar manter essa fidelidade, para o autor, constitui uma prática tradutória ética (BERMAN, 2013, p. 34).

Berman categoriza essa forma equivocada de traduzir e afirma sobre seu campo de estudo: “*Traduttore traditore*: este adágio só vale para a tradução etnocêntrica e para a tradução hipertextual” (BERMAN, 2013, p. 39). O adágio, que sugere traição, levanta um problema inerente à tradução, ou seja, um problema, que enquanto afirma a superioridade do texto original com relação ao texto traduzido, é insolucionável. Implica que o texto traduzido de alguma forma busca uma “fidelidade” ao texto original, que nunca consegue alcançar, e através desse processo falho de buscar essa fidelidade, o texto original é traído pelo tradutor. No adágio, o tradutor é sempre um traidor, e a tradução, sempre uma traição. Subscrever esse paradigma a uma categoria específica de tradução, no caso, etnocêntrica e hipertextual, é não somente sugerir uma possibilidade de fidelidade, mas afirmar a fidelidade como sendo palpável.

A frase supracitada toma as categorias divisadas pela sua retórica, a da “tradução etnocêntrica” e da “tradução hipertextual” como categorias inquestionáveis, ou seja, não admite que sejam categorias temporariamente postuladas por sua teoria para dar um determinado encaixe aos seus argumentos.

Podemos compreender melhor a questão da “fidelidade” a um “original” através do trabalho de Rosemary Arrojo no livro *Oficina de Tradução* (2007). Arrojo traz a imagem conhecida de Eugene Nida, onde a linguagem seria transportada em vagões de uma língua a outra, cada vagão contendo seus significados, distribuídos desigualmente entre os vagões, com relação à sua distribuição resultante nos vagões da língua-alvo (NIDA, 1975, p. 190, apud ARROJO, 2007, p. 12) Em seguida, traz a metáfora de Jorge Luis Borges no conto “Pierre Menard, autor del *Quijote*”. Pierre Menard é um personagem que quer reescrever *Dom Quixote*, mas exatamente da forma como Cervantes teria escrito, no entanto, sem querer copiá-lo: “Pierre Menard não queria compor *outro* Quixote (...) ele queria compor *o* Quixote. (...) Sua ambição admirável era de produzir uma quantidade de páginas que coincidisse - palavra por palavra e linha por linha - com aquelas de Miguel de Cervantes” (BORGES, 1999, p. 49. Tradução nossa). Através da reprodução das exatas palavras do texto “original”, bem como a análise da “versão de Menard” que abre um novo leque de significados, Borges demonstra como o mesmo texto, em contextos diferentes, gera interpretações diferentes:

É uma revelação cotejar o *Dom Quixote* de Menard com o de Cervantes. Este, por exemplo, escreveu (*Dom Quixote*, primeira parte, capítulo nono):

“[...] a verdade, cuja mãe é a história, êmulo do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do porvir”. Redigida no século dezessete, redigida pelo “engenho leigo” Cervantes, essa enumeração é um mero elogio retórico da história. Menard, por outro lado, escreve:

“[...] a verdade, cuja mãe é a história, êmulo do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do porvir”. A história, “mãe” da verdade: a ideia é assombrosa. Menard, contemporâneo de William James, não define a história como uma indagação da realidade, mas como sua origem. A verdade histórica, para ele, não é o que aconteceu; é o que julgamos que tenha acontecido. As sentenças finais - “exemplo e aviso do presente, advertência do porvir” - são descaradamente pragmáticas. Também é vívido o contraste entre os estilos. O estilo arcaizante de Menard - no fundo estrangeiro - padece de alguma afetação. O mesmo não acontece com o do precursor, que maneja com naturalidade o espanhol corrente de sua época (BORGES, 1981, p. 57, *apud* ARROJO, 2007, p. 21).

Através dessa possível interpretação das “diferenças” entre dois textos idênticos, Borges demonstra que nenhum texto é somente as palavras que o contém, mas que a interpretação é o elo que constrói seus significados. Através do exemplo de Borges, Arrojo traça um paralelo entre o “original” de Cervantes e a “tradução” de Menard, argumentando que não há uma centralidade no texto original que o tradutor possa trair, já que aquilo a que se manter fiel é relativo à leitura que pode ser feita do texto (ARROJO, 2007, p. 21-22).

Também promovendo essa visão da fluidez da linguagem, Roland Barthes desloca o foco da geração de significados de um texto do autor para seus possíveis leitores: “a escrita é a destruição de toda a voz, de toda a origem. A escrita é esse neutro, esse composto, esse oblíquo para onde foge o nosso sujeito, o preto-e-branco aonde vem perder-se toda a identidade, a começar precisamente pela do corpo que escreve” (BARTHES, 2004, p. 66). Enquanto o autor não é mais o detentor do significado, esse significado tampouco está no texto, mas é produzido no leitor: “um texto é feito de escritas múltiplas, saídas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação; mas há um lugar em que essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se tem dito até aqui, é o leitor” (BARTHES, 2004, p. 71).

O discurso de Barthes se afasta da figura cristalizada do autor e vai na direção da volubilidade do leitor - que na verdade é sempre um *potencial* leitor, causando uma ruptura, um novo desdobramento. A abertura causada no texto, portanto, é a infinidade de interpretações possíveis, e a verdade é uma construção histórica, dependente dos contextos que a produzem, discursivamente, temporariamente, em constante mudança e expansão, “advertência do porvir”, como nos avisa Cervantes.

A fidelidade, em admitir-se um autor que não tem autoridade sobre o texto, bem como substituir qualquer autoridade pela constante mudança proporcionada por novos leitores que leem de acordo com seus contextos, é inatingível. No adágio *traduttore traditore*, o tradutor trai o texto original frente a uma fidelidade inatingível, porém almejada.

2. Historicidade

Vejamos como Berman trabalha a questão da historicidade: “a tradução etnocêntrica é uma realidade histórica. É sob este ângulo que eu a abordarei, porque ele é determinante para nossa consciência da tradução. Esta consciência não é um dado intemporal: ela tem um fundamento ‘arqueológico’” (BERMAN, 2013, p. 41). Depois, em um segundo momento, ele coloca:

Propor uma analítica positiva implica, pois, (no mínimo) duas coisas: ter definido o espaço de jogo próprio da tradução (distinguindo-o das práticas hipertextuais), ter definido o puro objetivo da tradução, além das contingências históricas. Afirmamos que tal atitude (facilmente criticável de um ponto de vista historicista) é legítima (BERMAN, 2013, p. 90).

Em um primeiro momento, Berman se afirma um arqueólogo em busca de uma verdade histórica a respeito da tradução etnocêntrica, situando-a como algo que acontece em determinado momento, onde um passado equivocadamente se faz substituir por um presente mais bem equipado para lidar com seus desafios. No entanto, em um momento posterior, propõe que haja um “puro objetivo da tradução”, “além das contingências históricas”. Em um primeiro momento, se coloca como fazendo parte de uma linha temporal, onde ele situa o tipo de tradução que busca combater; em um segundo momento, propõe que sua solução vá além da historicidade.

A leitura do que Berman chama de tradução etnocêntrica e hipertextual é uma resposta à forma como eram feitas as traduções historicamente, de forma muito mais invasiva da linguagem do texto original para adequá-lo aos padrões culturais da cultura de chegada. Cunhado em 1654, o termo “*les belles infidèles*” se refere a traduções que eram como mulheres (retratadas de forma derogatória), que só poderiam ser fiéis (aos originais), ou belas. O termo se popularizou na França e foi utilizado para justificar muitas liberdades tomadas sobre os originais pelas traduções, que podem ser facilmente interpretadas como mutilações, priorizando um contexto de chegada (BRANDÃO, 2014, p. 51).

Nas traduções dos contos de fadas dos irmãos Grimm do alemão para o Inglês no século XIX, trechos são deliberadamente cortados, informações são acrescentadas, termos são alterados propositadamente, com o intuito de remover traços considerados religiosa e moralmente comprometedores e “limpar” os textos originais para o mercado de recepção da literatura infantil (SEAGO, 2001, p. 171-174).

Na tradução para o inglês do livro *Le Deuxième Sexe* de Simone de Beauvoir de 1952, o tradutor suprimiu trechos que falavam da sujeição das mulheres e de suas conquistas históricas. Apesar da temática do livro ser explicitamente em defesa das mulheres, a concepção vigente a respeito do papel da tradução (bem como as limitações do tradutor) condicionou que trechos importantes fossem omitidos (DAIGLE, 2013, p. 337-340).

Nesses exemplos, diversos fatores e critérios foram utilizados para condicionar o ato tradutório baseado na forma como ele era concebido na época. Seja pela beleza da linguagem, os valores morais, ou a preservação do patriarcado, existiram interesses durante a tradução que deixaram em segundo plano a preservação da obra. Berman aponta para esse fato histórico. O fato histórico, no entanto, é dependente da função e das características da tradução conforme concebidas no contexto, na época, e pelo tradutor que as realizou. A “reparação” dessa forma de traduzir envolve uma valorização e uma inserção da tradução como uma forma de valorizar o original. Nesse ponto, Berman não inaugura a reinvenção do processo tradutório a partir de sua teoria, mas faz parte de um movimento histórico pela valorização (e reinvenção) do processo tradutório². Seu “puro objetivo da tradução” não pode estar além de contingências históricas a não ser que tivesse surgido em um vácuo e não a partir do trabalho arqueológico a que ele mesmo se propôs.

A trajetória do processo de tradução, bem como a mudança do foco do ser humano do “moralmente justo” para o “esteticamente válido”, são desenvolvimentos que permitiram aos estudos de tradução se firmarem como campo independente (a partir de, entre outros, Holmes). Afirmar, portanto, que uma solução contra a tradução etnocêntrica e hipertextual seja independente de contingências históricas é ilógico, já que a filosofia de Berman é um fruto histórico da gradual superação do processo, e um combate ao “engano” histórico do tipo de tradução que delimita pelas suas classificações. Da mesma forma, o caráter imprevisível da história não garante que haja uma forma correta de tradução que supere todas as outras pura e totalmente, mas que seja possível no futuro surgirem novas concepções do processo tradutório por ora nem mesmo imaginadas ou previstas pelo campo.

² Ver, para um mapeamento histórico do campo nas últimas décadas: Edwin Gentzler. *Contemporary translation theories*. Clevedon: Multilingual Matters, 2001.

Novamente, os argumentos do autor são colocados como totalizantes, e dão a entender que são verdades essenciais a respeito da tradução como um todo. Berman, através desse posicionamento, vê a tradução como um campo onde é possível obter uma objetividade. Essa suposta objetividade sempre pertence ao autor que a prescreve (ou seja, é infalivelmente subjetiva), e nega a possibilidade de diálogo com outras teorias e outros autores de igual para igual.

3. A letra

Berman questiona a tradução que prioriza o sentido, ou o “espírito” de uma obra, pela priorização de sua “letra”, em uma “tradução literal”: “Partimos do seguinte axioma: a tradução é tradução-da-letra, do texto enquanto letra. Que isto é a essência última e definitiva da tradução ficará claro pouco a pouco” (BERMAN, 2013, p. 34). O mesmo Nida da comparação da tradução aos vagões de transporte expressa bem o dinamismo entre forma e conteúdo usando como exemplo a tradução da Bíblia:

Mensagens diferem primariamente no grau no qual o conteúdo ou a forma é a consideração dominante. É claro, *o conteúdo de uma mensagem não pode ser nunca abstraído da forma, e a forma não é nada separada do conteúdo*; mas em algumas mensagens o conteúdo é de consideração primária, e em outras a forma deve ser dada uma prioridade maior. Por exemplo, no Sermão da Montanha, apesar de certas qualidades estilísticas importantes, a importância da mensagem excede em muito a consideração pela forma. Por outro lado, alguns dos poemas acrósticos do Velho Testamento são obviamente feitos para encaixarem-se em uma ‘camisa de força’ formal muito restrita (NIDA, 2004, p. 127, ênfase minha).

Berman faz a distinção entre a *tradução servil* e a tradução literal, a que propõe como correta (BERMAN, 2013, p. 52). Se levarmos a sério o trecho de Nida sublinhado acima e compreendermos a complexidade que ele implica, certamente estaríamos perdidos ao tentar definir objetivamente em que difere uma tradução literal posterior ao movimento teórico que propõe Berman e anterior a ele. Ou seja, como delimitar a tradução servil objetivamente e diferenciá-la da tradução literal? Dessa forma, a tradução sugerida por Berman parece propor que haja algo de transcendental na compreensão de sua metodologia, a ponto de ser possível, através de seu conhecimento, ter o poder de simplificar a complexidade inerente da linguagem. Através da utilização de sua abordagem, a tradução feita antes de sua inauguração é servil, enquanto, que, após ela, torna-se empoderada.

4. Ética

Berman afirma a superioridade ética de um tradutor que se compromete com a fidelidade (a seu modo de vê-la):

Fidelidade e exatidão se referem a uma certa postura do homem em relação a si mesmo, aos outros, ao mundo e à existência. E, do mesmo modo, certamente, em relação aos textos. Na sua área, o tradutor é tomado pelo espírito de fidelidade e de exatidão. É a sua paixão, e é uma paixão ética e não literária ou estética (BERMAN, 2013, p. 95).

Em seguida, Berman cita Martinho Lutero para dar credibilidade à sua teoria, utilizando um trecho do texto *Carta aberta sobre a tradução*. O texto, na verdade, é uma crítica aos seus colegas religiosos que lhe criticam, em sua tradução da Bíblia, por ter alterado partes do original em prol de uma tradução que soasse mais corrente na língua alemã. O texto de Martinho Lutero contraria aquilo que era considerado a forma mais “ética” de traduzir a Bíblia de acordo com o *status quo* de seus colegas do clero.

O conteúdo do texto de Lutero fala da apropriação da linguagem da Bíblia para o contexto de sua língua alemã corrente, dando clara ênfase à língua de chegada em sua tradução:

Do mesmo modo, eu sabia muito bem que em Romanos 3 não havia a palavra *solum* no texto latino ou grego, e não precisavam me ensinar isso os papistas. É verdade, estas quatro letras *s-o-l-a*, que as cabeças de asno admiram como as vacas a uma nova porteira, não estão no texto. Eles não vêem que isso corresponde perfeitamente ao sentido do texto, e, quando se quer traduzir com clareza e consistência em alemão, deve estar presente, porque eu quis falar em alemão, não em latim nem em grego, quando me propus falar em alemão ao traduzir. Isso, porém, é propriedade de nossa língua alemã, que, quando usada para tratar de duas coisas, das quais uma é afirmada e outra negada, necessita da palavra *solum-allein*, acompanhando a palavra *nicht* ou *kein* (LUTERO, 2016, p. 88).

Acima de tudo, o texto de Lutero é uma crítica revoltada à visão antiquada de seus colegas, que acreditam que traduzir a Bíblia corretamente (e, portanto, eticamente) é conformar ao espírito do original, e que esse espírito está sagradamente contido em sua letra. Segundo Moisés Silva, a história da tradução da Bíblia foi permeada por tradutores que acreditavam que havia sacralidade nas palavras, resultando em traduções truncadas na língua de chegada e de compreensão desnecessariamente difícil, fato que foi atualizado após a aprimoração do campo de estudos resultando em traduções mais fluidas (SILVA,

2009, p. 39). O caso da tradução da Bíblia é literal, ou servil? Mesmo neste caso, não é possível identificar objetivamente em que instâncias foi preconizada a forma ou o conteúdo. E a solução tradutória de Lutero, é hipertextual? Poderíamos presumir que apenas um especialista na metodologia de Berman saberia responder a essas perguntas objetivamente, ou assumir que uma resposta objetiva não é possível de ser alcançada.

É necessário, também, questionar o que é ética, e como essa noção foi utilizada livremente, enquanto parâmetro fixo, para justificar a dominação política, a superioridade moral e até mesmo, o genocídio. Segundo Simon Blackburn, a ética pode funcionar como uma forma de justificar a diferença e a desigualdade entre “nós e eles”. Dessa forma, o comerciante que cobra caro por seus produtos o justifica com a ética do mercado, o dono de escravos justifica a escravidão com a ética da civilização etc. Através disso se entende a ética como uma ferramenta para justificar a superioridade de uma determinada visão de mundo sobre outra (BLACKBURN, 2001, p. 7). A ética é um recurso discursivo, utilizado por forças opostas, por vezes simultaneamente. Essa visão de superioridade moral (assim como qualquer visão de superioridade) causa uma separação que justifica a violência. Através dela, Berman nega a limitação de sua própria concepção e a falibilidade humana do tradutor, o que não serve nenhuma utilidade senão afirmar a superioridade de seu método.

5. As “grandes obras”

A posição de Berman com relação à tradução parece partir de uma busca por uma essência gloriosa do original: “As grandes obras em prosa se caracterizam por um certo ‘escrever mal’, um certo ‘não controle’ de sua escrita” (BERMAN, 2013, p. 65). Berman presume que haja nas obras do cânone características em comum que as confira seu lugar. A grandiosidade da obra, dessa forma, estaria não somente inscrita em sua letra, como haveria pontos em comum, identificáveis entre elas. Isso nos faz retornar à questão de Borges, do que torna *Dom Quixote* o *Dom Quixote*. Trata-se de um exemplo claro de um romance que se tornou um sucesso aclamado pelo seu contexto histórico e o que conseguiu realizar dentro desse contexto: “Muito da originalidade de Quixote se deve à forma como Cervantes recicla tradições narrativas e incorpora discursos que estão além do literário”, sendo assim, é “uma paródia dos romances de cavalaria” (ECHEVARRÍA, 2005, p. 4). O que Cervantes faz é uma reinvenção daquilo que estava disponível como seu material bruto em sua época. Se olharmos para as palavras do seu texto sem conhecimento desse contexto, perdemos uma parte do valor que é atribuído a essa obra, e que lhe confere um lugar no cânone. Discutivelmente, sem essa atitude política de Cervantes e

seu significado em seu contexto histórico, seu romance poderia ter caído no esquecimento, assim como seus romances anteriores que não realizavam a reinvenção de um gênero literário. Venerar *Dom Quixote* como um texto genial por possuir uma essência reconhecível em suas palavras, é uma visão superficial do que constitui a recepção de uma obra após o momento de sua escrita.

O cânone, portanto, é moldado pela crítica, e a opinião pública segue as suas recomendações. Como diz Northrop Frye, o crítico é “o pioneiro da educação e o moldador da tradição cultural. Qualquer popularidade que Shakespeare e Keats têm agora é igualmente o resultado da publicidade da crítica” (FRYE, 1973, p. 4). Aviltar a genialidade de uma obra literária não é diferente de proclamar a sacralidade da Bíblia, que pode ser considerada sagrada no âmbito da fé pessoal e coletiva. No entanto, quando se trata de um campo de estudos acadêmicos que busca a compreensão dos mecanismos que lhe permeiam através da investigação, a simples fé no “cerne” da obra literária não pode ser levada a sério como argumentação.

A quantidade pequena de obras que são tidas como grandes patrimônios da humanidade surgiram dentro de contextos históricos onde tiveram uma importância que foi além meramente de suas palavras ou mesmo da qualidade de seu conteúdo artístico. Isso não significa que o valor atribuído a elas seja inteiramente arbitrário, e que elas não possuam uma qualidade que vá em direção do “universal”. Mas, assim como o adágio que toma o tradutor como um traidor considera uma fidelidade em um campo abstrato, inalcançável, imaginário, é questionável colocar essa qualidade universal como um objeto de estudo cuja veracidade é tida como concreta.

Esse posicionamento de Berman demonstra uma reverência pela obra original, que conforme dito anteriormente, corresponde ao contexto a partir do qual sua teoria está operando, um contexto em que a importância da forma da obra original foi historicamente relegada a segundo plano. Entendendo o contexto de Berman, a historicidade de suas afirmações, compreendemos sua aceção apaixonada: há uma ênfase na preservação do original. No entanto, essa ênfase não é colocada como fazendo parte de um contexto. Fora de contexto, a aviltação da obra “original” (em aspas conforme o questionamento de Arrojo) torna-se tão gratuita quanto o descaso por ela. Em suma, Berman com esse tipo de afirmação reduz a quantidade de variáveis que estão em questão, empobrecendo seu trabalho teórico.

Conclusão

A ideia que busquei apresentar neste artigo é que a leitura de Berman exige que leiamos para além de Berman, já que algumas afirmações que faz apresentam uma visão totalizante, essencialista e potencialmente lida como rasa da linguagem e da tradução. Porém, não quis sugerir que de fato sua visão, sua analítica e sua teoria sejam dessa forma, rasas. É importante e enriquecedor para o campo de estudos que tenhamos formas diferentes de pensar a tradução em termos históricos, e que sejam propostas formas de contornar os vícios causados por essas formas de pensar. Berman faz isso bem, ao delimitar a tradução etnocêntrica e hipertextual. Porém, creio que, quando vai em direção à solução do problema que está expondo, coloca sua abordagem como um remédio para ele, quando na verdade, creio que seria mais realista vê-lo como um resultado da concepção da tradução cuja mudança só pode ocorrer com o advento de um novo paradigma. Isso envolve muito mais do que uma metodologia baseada na importância da letra, ou na tentativa de reduzir a linguagem complexa de textos literários a um sistema dicotômico e cuja fórmula supostamente se aplica perfeitamente a qualquer contexto, (enquanto ao mesmo tempo nega se tratar de uma metodologia ou de uma teoria totalizante)³. Ao sugerir um objetivo “puro” da tradução, Berman fecha a possibilidade de múltiplos objetivos. Ao sugerir uma fidelidade circunscrita às suas classificações, fecha a possibilidade de uma fidelidade inalcançável. Ao sugerir um objetivo ahistórico, fecha a possibilidade de ser particularmente importante em um determinado contexto. Em última instância, sua teoria corre o risco de apresentar-se como reducionista e ingênua se não soubermos lê-la.

Em conclusão, a visão da teoria como um problema objetivo que possa ser solucionado com uma metodologia única, ao invés de um diálogo e uma construção coletiva, é um detrimento ao campo de Estudos da Tradução, presente em teóricos como Berman, que trazem contribuições importantes para a discussão, mas erram ao tentar fechar o campo dentro de sua própria retórica.

REFERÊNCIAS

ARROJO, Rosemary. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. São Paulo, Ática: 2007

BARTHES, Roland. *O Rumor da Língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

³ “A tradutologia, precisamente porque ela deve ser reflexão e experiência, não é uma ‘disciplina’ objetiva, mas sim um pensamento da tradução” (BERMAN, 2013, p. 26) O autor faz essas ressalvas repetidamente. A disciplina não é disciplina, é reflexão. A metodologia não é uma metodologia, é uma analítica. Evitando ser equiparado a estudos que foram feitos anteriormente, Berman busca essas fugas semânticas.

- BLACKBURN, Simon. *Ethics: a very short introduction*. Nova York: Oxford University Press, 2001.
- BERMAN, Antoine. *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo*. 2a ed. Trad. Marie-Hélène C. Torres et. al. Florianópolis: PGET/UFSC, 2013.
- BORGES, Jorge Luis. *Collected fictions*. Trad. Andrew Hurley. New York: Penguin Press, 1999.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins. “As belas infieis: Luciano no salão de M. D’Ablancourt”. *Nuntius antiquus*. Belo Horizonte, V. X, n. 1, jan-jul. 2014.
- DAIGLE, Christine. “The impact of the new translation of *The Second Sex*: Rediscovering Beauvoir”. *The journal of speculative philosophy*. V. 27, N. 3. Pennsylvania, 2013. pp. 336-347.
- ECHEVARRÍA, Roberto González. *Cervantes’ Don Quixote: a casebook*. Nova York: Oxford University Press, 2005.
- FRYE, Northrop. *Anatomy of criticism: four essays*. 3a ed. Princeton: Princeton University Press, 1973.
- LUTERO, Martinho. “Carta aberta sobre a tradução”. trad. Mauri Furlan. In: *Antologia do renascimento*. FURLAN, Mauri. Florianópolis: UFSC, 2016. pp. 83-95.
- HOLMES, James S. “The name and nature of translation studies”. In: VENUTI, Lawrence (Org.) *The Translation Studies Reader*. New York: Routledge, 2004. p. 172-185.
- NIDA, Eugene. “Principles of correspondence”. In: VENUTI, Lawrence (Org.) *The Translation Studies Reader*. New York: Routledge, 2004. pp. 126-140.
- SEAGO, Karen. “Shifting meanings: translating Grimm’s *märchen* as children’s literature. In: *Aspects of specialised translation*. DESBLANCHE, Lucile (ed.). Paris: La Maison du dictionnaire, 2001. pp. 171-180.
- SILVA, Moisés. “are translators traitors? Some personal reflections”. In: SCORGIE, Glen G. et al. *The challenge of Bible translation: communicating God’s word to the world*. Grand Rapids: Zondervan, 2009. pp. 37-50.